

- e) Apresentar o programa das operações mineiras para a implementação da exploração da mina; (Planos de lavra anuais).

Sucede porém que, desde o início da exploração da mina, se tem verificado problemas de segurança no subsolo, resultantes de dificuldades financeiras da empresa, o que tem posto em perigo a vida dos trabalhadores. A Sociedade Minas Chipanga, Lda., requereu e foi-lhe autorizada em 19 de Junho de 2001, a título excepcional a exploração do painel n.º 1 do piso 220, mediante adopção de certas medidas de segurança por um período de 6 meses, na condição de ser submetido posteriormente a um plano de exploração a ser aprovado pelo Ministério.

Verifica-se o não cumprimento das obrigações acima enumeradas por parte da Sociedade Minas Chipanga Lda., para além de a Mina Chipanga XI se encontrar em situação de não produzir em pleno pois que, a empresa demonstra não possuir capacidade técnico-financeira para levar a bom termo a exploração mineira.

Nos termos do n.º 6 do artigo 15 da Lei de Minas, (Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho) para além das obrigações constantes do título mineiro, constituem entre outros, deveres do titular da concessão mineira:

- f) Manter a área e as operações mineiras em estado seguro, em conformidade com os regulamentos de saúde e segurança mineira.

Em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 15 da Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho (Lei de Minas) a Concessão Mineira pode ser revogada se o seu titular não observar o disposto no n.º 2 e nas alíneas a), b) ou g) do n.º 6 do artigo 15 da Lei de Minas.

Estabelece ainda o n.º 2 do artigo 112 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 28/2003, de 17 de Junho, que haverá lugar à revogação imediata com base na falta de pagamento do imposto sobre a superfície ou sobre a produção se após cento e vinte dias da data em que o imposto é devido, o titular mineiro não efectuar o referido pagamento, acrescido dos juros de mora legalmente estabelecidos. A Sociedade Minas Chipanga Lda., foi por diversas vezes notificada por carta para proceder ao pagamento dos impostos sobre a produção e sobre a superfície referente aos anos 2002 e 2003, tendo apenas efectuado pagamento parcial do imposto sobre a produção.

Nestes termos e no uso das competências que me são conferidas pelo n.º 1 do artigo 3 do Regulamento da Lei de Minas, determino:

1. É revogada a Concessão Mineira n.º 425 C.
 2. A revogação da Concessão Mineira acima referida não prejudica o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo da mesma em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 24 da Lei de Minas.
 3. Para os efeitos do disposto no número anterior o Estado reserva-se ao direito de retenção nos termos do disposto no artigo 754 do Código Civil.
 4. O presente despacho produz efeitos imediatos.
- Maputo, 22 de Março de 2005. — A Ministra dos Recursos Minerais, *Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Diploma Ministerial n.º 116/2005

de 10 de Junho

No intuito de desenvolver um sistema integrado de pesquisa, produção e de gestão do conhecimento no domínio das águas visando impulsionar o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza e ao abrigo do disposto no artigo 1 do Decreto Presidencial n.º 17/2005, de 31 de Março, o Ministro da Ciência e Tecnologia determina:

Artigo 1. É criado o Conselho Científico das Águas, adiante designado CCA.

Art. 2. O CCA é um órgão consultivo e de assessoria do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia.

Art. 3. São funções do CCA:

- a) Elaborar uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio das águas, em todas as suas vertentes;
- b) Identificar áreas de investigação de grande importância científica e com maior impacto no desenvolvimento sócio-económico sustentável e na redução da pobreza e promover projectos de investigação nestas áreas;
- c) Definir e implementar os processos de avaliação das propostas e acompanhamento dos projectos de investigação com financiamento do MCT, que científica, técnica e socialmente se revelem importantes, ouvidas as instituições interessadas;
- d) Propor ao Ministro de tutela a atribuição de fundos para os projectos seleccionados;
- e) Promover a divulgação e a disseminação dos resultados de investigação e a sua aplicação;
- f) Assegurar o interesse e a compreensão dos parceiros de cooperação e mobilizar recursos, públicos e privados, para as actividades do Conselho Científico das Águas.
- g) Elaborar o plano, o orçamento de funcionamento e o relatório anual de actividades que serão tornados públicos, depois de aprovados pela tutela;
- h) Aconselhar, a pedido da tutela ou por iniciativa própria, sobre assuntos estratégicos no domínio das águas;
- i) Coordenar as suas actividades com os demais intervenientes e consultar, no exercício das suas funções, as partes interessadas, garantindo assim a relevância das suas actividades e o seu suporte social.

Art. 4. O CCA submeterá à aprovação do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia o seu Regulamento de funcionamento.

Art. 5. O CCA funciona no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ministério da Ciência e Tecnologia, em Maputo, 14 de Abril de 2005. — O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.